

# REGISTRO GERAL (Livre Nº 2)

2º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

MACEIÓ — ALAGOAS

CNM: 001925.2.0007098-35

*Cláudio Pereira de Andrade*

Cláudio Pereira de Andrade

Oficial

-Ficha nº 01-

1987

**MATRÍCULA Nº 7098**(sete mil e noventa e oito)-DATA: 16 de Março de 1987.

-Terreno de Marinha e acrescido, desmembrado da gleba 4, circunscrito pela linha poligonal demarcatória, situado na rua Governador Álvaro Paes, no bairro do Pontal da Barra, nesta cidade, com os seguintes limites e metragens: Frente 71,40m com a rua Governador Álvaro Paes; lado direito-em segmentos de 60,196m e 70,567m com terreno pertencente a Salgema Indústrias Químicas S/A; lado esquerdo 57,716m com terreno pertencente a Salgema Indústrias Químicas S/A; fundos, em segmentos de 23,228m, 18,101m e 27,764m com terreno pertencente a Salgema Indústrias Químicas S/A. Área - 6.622,886m². PROPRIETÁRIO: O ESTADO DE ALAGOAS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº.12.200.176/0001-76. REGISTRO ANTERIOR: Livro 2-R.1-4866, em 25.01.82 e AV.5-4866, em 16.03.87, do Registro Geral deste cartório, deu fé. Eu, *Cláudio Pereira de Andrade* Escrevente, datilografei. Maceió, 16.03.87. O Oficial: *Cláudio Pereira de Andrade*

R.1-7098-Protocolo nº 13016-16.03.87-TRANSFERÊNCIA DE DOMÍNIO-Por Escritura Pública de Transferência de Domínio Útil de Parte de Terreno de Marinha e Acrescido por Subenfituticação, lavrada em 26.02.87, nas notas do 5º Ofício desta capital, no livro nº 485/340, fls.93 a 96, tabelião Hélio Ramalho Ferreira, o proprietário ESTADO DE ALAGOAS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº.12.200.176/0001-76, representado por seu Procurador Geral, o Prof. Marcos Bernardes de Melo, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta capital, portador do CIC/MF sob nº.002.657.994-49 e da C.I. nº 76.480-AL, transferiu por subenfituticação, para **SALGEMA INDÚSTRIAS QUÍMICAS S/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CGC/MF sob nº.12.296.919/0001-53, com sede na Av. Assis Chateaubriand, nº 5260, Pontal da Barra, nesta cidade, representada por seus Diretores, Antônio Gomes de Mattos Júnior e Abrahan Zagury, brasileiros, casados, engenheiros químicos, CPF nº.017.271.178-91 e 018.515.197-34 e C.I. nºs 2.895.667-SSP/SP e 03301301-CR, 3ª Região; e como Interveniente, o Dr. Mário Daniel Berard Lages, brasileiro, solteiro, arquiteto, CPF nº 003.359.048-20 e C.I. nº 77.990-SSP/AL, residente e domiciliado na rua Marieta Lages, nº 150, Farol, nesta cidade, o DOMÍNIO ÚTIL do imóvel constante desta matrícula; que, os direitos de interveniente decorrentes de ocupação bem como edificação, benfeitorias e serviços básicos existentes nos terrenos aforados ao Outorgante, foram por este desapropriados por força do Decreto nº 6730, de 19.12.85, tendo o Interveniante recebido a importância correspondente a indenização mediante documento particular em poder da P.G.E; que o referido imóvel foi transferido por subenfituticação a Outorgada, na forma do Alvará de Licença nº 192/86, fornecido pelo Ministério da Fazenda, Delegacia do Serviço do Patrimônio da União em Alagoas-DSPU/AL; que, a Outorgada, sob pena de rescisão unilateral do presente contrato, acumulada com a perda de qualquer direito sobre o domínio útil, posse, obras, benfeitorias, e de indenizações outras, se obriga a utilizar a área de terra subenfitutucada em atividades exclusivas de auxílio e ou apoio ao Pólo Cloroquímico de Alagoas, respeitadas, também, as normas vigentes de proteção ambiental e respectivas sanções; que, o pagamento da indenização referida ba, digo, na cláusula segunda, foi realizado com recursos repassados ao Outorgante pela Outorgada, em decorrência de convênio assinado em 14.10.86, entre Companhia de Desenvolvimento de Alagoas-CODEAL Procuradoria Geral do Estado de Alagoas e a Salgema Indústrias Químicas S/A., ficando dessa forma a Outorgante, isenta do pagamento de laudêmio, conforme teor do Decreto Federal nº 80.402, de 26.09.77; fica eleito o foro / desta capital, para nele se dirimirem dúvidas ou questões que se originarem do presente contrato; para fins de custas e emolumentos os contratantes dão o valor do presente contrato de Cz\$ 600.000,00(seiscentos mil cruzados).0

brigam-se as partes pelas demais condições e obrigações constantes da escritura; dou fê. Eu, *[assinatura]* Escrevente, datilografei. Maceió, 16.03.87. O Oficial: *[assinatura]*

R.2-7098-Protocolo nº24610-08.04.2002-INCORPORAÇÃO-Por requerimento de 02.04.2002, com/ firma reconhecida da TRIKEM S/A, com sede na rua Hidrogênio nº 3.342, Complexo Básico, / Copec, Polo Petroquímico, Camaçari/BA., inscrita no CNPJ/MF nº 13.558.226/0001-54 e Filial nesta Capital, inscrita no CNPJ/MF nº 13.558.226/0013-98, representada por Jorge / Augusto Bastos, brasileiro, casado, contador, portador da C.I nº 372.098/AL e inscrito / no CIC/MF nº 267.692.477-04, residente e domiciliado nesta capital, por procuração particular datada de 09.04.2001, para constar que SALGEMA INDUSTRIAIS QUÍMICAS S/A., foi / incorporada ao patrimônio da TRIKEM S/A, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária lavrada em 12.12.96, publicada no Diário Oficial do Estado da Bahia, arquivada na Junta Comercial do Estado da Bahia sob nº 96062619 de 12.12.96; Certidão da Secretaria da Receita Federal nº E-5.034.548 de 01.11.2001 e CND/INSS nº 006162002-04001010 de 07.02.2002; tudo mais conforme documentos apresentados em cartório; dou fê. Eu, *[assinatura]* Escrevente, datilografei. Maceió, 08.04.2002, Oficial Substituta. *[assinatura]*

R.3-7098-Protocolo nº25145-17.01.2003-TRANSFERÊNCIA DE AFORAMENTO-Por contrato de transferência de aforamento, lavrado em 03.07.2002, no LQ.AL-002/AF, fls.41, Processo nº 10465000530/87-32, RIP nº 2785.0001787-42, com força de escritura pública, art.13, item VI do Decreto Lei nº 147 de 03.02.67, com a redação dada pelo art.10 da Lei nº5.421 de 25.04.68 da Secretaria do Patrimônio da União, Gerência Regional em Alagoas a UNIÃO FEDERAL, representada de acordo com o disposto no art.14, V do Decreto Lei nº 147 de 03.02.67, pelo Sr. Procurador Chefe da Fazenda Nacional, Dr. Elton Gomes Mascarenhas, dá em aforamento a TRIKEM S/A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº 13.558.226/0013-98, com sede na Av. Assis Chateaubriand nº 5.260, Pontal da Barra, nesta capital, representada por seus procuradores, Jorge Augusto Bastos, brasileiro, casado, portador da C.I nº 372.098/AL, inscrito no CIC/MF nº 267.692.477-04, residente e domiciliado na rua Jequitibá nº 96, Loteamento Jardim do Horto, nesta capital e Manoel Carnaúba Cortez, brasileiro, casado, engenheiro químico, portador da C.I nº 229.716/AL, inscrito no CIC/MF nº 209.049.084-53, residente e domiciliado na rua Lourenço M.da Silva nº 117, Aptº. 501, em Ponta Verde, nesta capital, por procuração particular datada de 09.04.2001, o imóvel constante desta matrícula, nos termos do art.116 § 1º do Decreto Lei nº 9.760 de 05.09.46; que, o outorgado foreiro fica sujeito ao pagamento do foro anual em importância equivalente a 0,6%(seis décimos por cento) do valor do domínio pleno do terreno, que é de R\$ 120.337,91 (cento e vinte mil, trezentos e trinta e sete reais e noventa e um centavos) e que, será anualmente atualizado na forma do art.101 do Decreto Lei nº 9.760/46, com a redação dada pela Lei nº 7.450 de 23.12.85 e ao pagamento do laudêmio em valor // equivalente a 5% sobre o valor do domínio pleno do terreno e benfeitorias, a ser cobrado na transferência onerosa, entre vivos; ainda que por força de decisão judicial transitada em julgado, bem assim sobre a cessão de direitos a ele relativo (art.67 do Decreto Lei nº 9.760/46, art. 3º do Decreto Lei nº 2.398/87 e Decreto nº 95.760/88); que, se o imóvel estiver situado em zona que tenha sido declarada de interesse do serviço público, // através do Secretário do Patrimônio da União, a transferência do aforamento não poderá ser feita (art.3º § 2º, I, alínea "C" do D.L nº 2.398/87, com as alterações do MP sob nº 1.567/97 e art. 7º do Decreto nº 95.760/88); que, o outorgado em caso de atraso do pagamento do foro a incidência de multa, juros moratórios e demais cominações legais; que, a falta de pagamento do foro implicará a inscrição do débito em Dívida Ativa (Art.17 do Decreto Lei nº 2.323 de 26.02.87); que, o não pagamento do foro durante 03(três) anos consecutivos ou 04(quatro) anos intercalados importará na caducidade do aforamento (art.101 § Único, Decreto Lei nº 9.760/46, alterado pela Lei nº 9.636 de 15.05.98); procedendo-se na forma do disposto nos arts. 118 a 121 do Decreto Lei nº 9.760/46; que, será nula a // transmissão do domínio útil do terreno, realizada sem o prévio assentimento da Secretaria do Patrimônio da União-SPU; que, o aforamento extingui-se-á por inadimplemento de cláusula contratual, por acordo entre as partes, ou, a critério do Presidente da República, // por proposta do Ministério da Fazenda, pela remição do foro nas zonas onde não // subsistem os motivos determinantes da aplicação do regime enfiteutício (art.103 do D.L nº 9.760/46, alterado pela Lei nº 9.636/98); que, consistindo o inadimplemento de cláusula contratual no não pagamento de foro durante 03(três) anos consecutivos ou 04(quatro) anos intercalados, é facultado ao foreiro, sem prejuízo do disposto no art.120 do Decreto Lei nº 9.760/46, revigorar o aforamento mediante as condições que lhe forem impostas (art.103 § 1º. D.L nº 9.760/46). Obrigam-se as partes pelas demais condições e obrigações constantes do Contrato; dou fê. Eu, *[assinatura]* Escrevente, datilografei. Maceió/AL, 17.01.2003. O Oficial

# REGISTRO GERAL (Livro Nº 2)

2º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS  
MACEIÓ - ALAGOAS

*Cláudio Pereira de Andrade*  
Cláudio Pereira de Andrade

Oficial

Ficha nº 02

MATRÍCULA Nº 7098 (sete mil e noventa e oito) - CONTINUAÇÃO:

Oficial. *Cláudio Pereira de Andrade*

R.4-7098-Protocolo nº 226275-04.06.2004-INCORPORAÇÃO-Por requerimento de 28.05.2004, com firma reconhecida da BRASKEM S/A, com sede na rua Eteno nº 1561, Complexo Petroquímico de Camaçari/BA, inscrita no CNPJ/MF nº 42.150.391/0001-70, com atividade econômica de Extração de Minerais e Fabricação de Cloro e Alcalis, situada na Av. Major Cicero de Góes Monteiro s/nº, Bebedouro e Av. Assis Chateaubriand nº 5260, Pontal da Barra, nesta cidade, representada por sua procuradora, Andréa Rocha Cavalcanti Jucá Paiva, brasileira, casada, economista, inscrita no CIC/MF nº 453.763.014-00, residente e domiciliada nesta cidade, por procuração particular datada de 06.05.2004, com firmas reconhecidas, para constar que o imóvel constante desta matrícula, da TRIKEM S/A, inscrita no CNPJ/MF nº 13.558.226/0001-54, foi incorporado ao patrimônio da BRASKEM S/A, conforme Ata das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias de 30.04.2001, registradas na Junta Comercial do Estado da Bahia sob nº 96310724 em 07.05.2001; Ata da Assembleia Geral extraordinária de 27.09.2002, registrada na Junta Comercial do Estado da Bahia sob nº 96402252 em 10.10.2002 e Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 15.01.2004, registrada na Junta Comercial do Estado da Bahia sob nº 29900738817-29900738825 em 22.01.2004 e Anexo de 08.12.2003, registrado na Junta Comercial do Estado da Bahia sob nº 96595540 em 22.01.2004; Apresentou em cartório e em nome da TRIKEM a CND/INSS nº 003232004-04001010 em 19.01.2004 e em nome da BRASKEM S/A a CND/INSS nº 009312004-04001010 de 08.03.2004 e Certidão Positiva de Débitos e Tributos e Contribuições Federais, com efeitos de Negativa nº 6.631.046 de 03.02.2004; tudo mais conforme documentos apresentados em cartório; dou fê. Eu, *Cláudio Pereira de Andrade*, Escrevente, datilografei: Maceió, 02.07.2004. O Oficial.